

HABEAS CORPUS Nº 548.507 - SP (2019/0356568-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **ELIANE APARECIDO MANSUR**
ADVOGADO : **ROBERTO CHAIM MANSUR JUNIOR - SP179222**
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**
PACIENTE : **PRISCILLA DYANNE FAVERO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PRISCILLA DYANNE FAVERO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC n. 5020880-39.2019.4.03.0000).

Depreende-se dos autos que, em 24/8/2018, foi decretada prisão preventiva em desfavor da ora paciente pela prática dos delitos tipificados nos arts. 171, §3º, e 297, ambos do Código Penal, tendo em vista a prática de crime de estelionato em uma negociação de compra e venda de uma lancha, usando, indevidamente, o nome do Policial Federal L. D. S. V. Consta, ainda, que a paciente seria uma das mentoras do esquema criminoso (e-STJ fls. 24/33).

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 17):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. . LIBERDADE HABEAS CORPUS PROVISÓRIA. REQUISITOS SUBJETIVOS. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. É natural que seja exigível o preenchimento dos requisitos subjetivos para a concessão de liberdade provisória. Contudo, tais requisitos, posto que necessários, não são suficientes. Pode suceder que, malgrado o acusado seja primário, tenha bons antecedentes, residência fixa e profissão lícita, não faça jus à liberdade provisória, na hipótese em que estiverem presentes os pressupostos da prisão preventiva (STJ, HC n. 89.946-RS, Rel. Min. Felix Fischer, unânime, j. 11.12.07; RHC n 11.504-SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 18.10.01).

2. Considerando que não foi comprovada a residência fixa, não há provas nos autos de que o menor tenha convivência com a paciente, e que a mesma encontra-se, atualmente, foragida, não é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

3. Ordem denegada.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal

decorrente da decretação da prisão preventiva e de sua não conversão em domiciliar.

Sustenta ausência de fundamentos concretos para a imposição da medida constritiva, acentuando tratar-se de acusada primária.

Alega, também, possível a concessão da prisão domiciliar (a paciente possui filho menor de 12 anos).

Aponta, ainda, excesso de prazo na duração do inquérito policial.

Dessa forma, requer, liminarmente, possa a paciente aguardar em prisão domiciliar o julgamento deste *writ*. No mérito, postula a revogação da prisão preventiva ou a concessão de prisão domiciliar (e-STJ fls. 3/12).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, pois se trata de paciente que está foragida desde a decretação da prisão preventiva.

Veja-se o voto condutor do acórdão combatido (e-STJ fl. 20):

Em 03.10.2018, o Juízo a quo indeferiu pedido de revogação de prisão preventiva, consignando na decisão inexistir fato novo que pudesse ensejar a alteração das decisões proferidas anteriormente; mencionou, ainda, que a paciente encontrava-se foragida desde a decretação de sua prisão e a ausência de novos elementos de que houve cessação da atividade criminosa (Id. 89928852).

Verifica-se dos autos que o Ilustre Procurador da República, Dr. Eduardo Pelella, entendeu necessária a manutenção da prisão preventiva (Id n. 90360610).

Considerando que não foi comprovada a residência fixa de Priscila Dyanne Favero, não há provas nos autos de que seu filho, o menor A. M. F. M., tenha convivência com a paciente, bem como esta última **encontrar-se foragida**, não é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se

Superior Tribunal de Justiça

imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator